

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA 2



Fabiano Eloy Atílio Batista
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2021

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA 2



Fabiano Eloy Atílio Batista
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa

Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

- Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliã Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação sexual, sexualidade e gênero e diversidade sexual: trilhando caminhos para uma educação emancipadora 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Fabiano Eloy Atílio Batista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação sexual, sexualidade e gênero e diversidade sexual: trilhando caminhos para uma educação emancipadora 2 / Organizador Fabiano Eloy Atílio Batista. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-941-7

DOI 10.22533/at.ed.417211504

1. Educação sexual. 2. Sexualidade. 3. Identidade de gênero. 4. Diversidade sexual. 5. Educação. I. Batista, Fabiano Eloy Atílio (Organizador). II. Título.

CDD 372.372

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Prezados leitores e leitoras;

“Gênero e sexualidade são construídos através de inúmeras aprendizagens e práticas, empreendidas por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais, de modo explícito ou dissimulado, num processo sempre inacabado”.

(Guacira Lopes Louro)

As discussões sobre Gênero, Sexualidade e Diversidade não é recente, mas, ganha contornos importantes a partir dos anos 60, com os movimentos de “contracultura”, os movimentos feministas, com a luta dos direitos da comunidade LGBTQIA+ e com a sistematização e ampliação teórica-metodológica de diversas pesquisas acadêmicas, especialmente as do campo da Educação.

Assim, pode-se entender que Gênero e Sexualidade é uma construção social, cultural e histórica que se constituem como assuntos amplos presentes em diversas instâncias da sociedade, embora ainda sejam permeados por diversos “tabus” (principalmente na contemporaneidade).

Discutir questões sobre Gênero e Sexualidade, em especial no campo da Educação, se mostra como um mecanismo potencializador de emancipação dos sujeitos em sociedade, uma vez que oportuniza um aprendizado em relação à vida sexual, a combater formas de preconceito e opressão nas relações sociais.

Nesse sentido, o livro **Educação Sexual, Sexualidade e Gênero e Diversidade Sexual: Trilhando Caminhos para uma Educação Emancipadora 2**, reuni, ao longo de 13 capítulos, discussões contemporâneas, críticas e necessárias para o debate acerca das discussões sobre Gênero, Sexualidade e Diversidade, sobretudo em um contexto de forte conservadorismo político e religioso.

Os textos aqui apresentados estão organizados de forma sistematizada e pedagógica, e são apresentados dentro dos principais eixos: Educação; Envelhecimento, Feminismo, Patriarcado, dentre outros aspectos que permitem aos leitores e leitoras um momento de grande reflexão em torno das questões de Gênero, Sexualidade e Diversidade.

Espera-se que os textos aqui reunidos possam contribuir para ampliação dos debates acerca das categorias de Gênero e Sexualidade em diversas instâncias sociais, sobretudo no campo da Educação que é tido como um espaço de suma importância para formação, discussões e acessos a informações para os debates de gênero, sexualidade, diversidade sexual, masculinidades, feminilidades, entre outras categorias de suma importância social.

Desejamos a todos e todas, uma agradável leitura!

Fabiano Eloy Afílio Batista

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: CONFLITOS E DESAFIOS NA FORMAÇÃO DOS JOVENS

Neide Abadia Carneiro

Viviane Aparecida da Silva Paiva

Joelma Fernanda de Sales Carneiro Dutra

Anaiara Lourenço da Silva

DOI 10.22533/at.ed.4172115041

CAPÍTULO 2..... 16

O DISCURSO DA SEXUALIDADE NO CONTEXTO FAMÍLIA E ESCOLA

Lucyélen Costa Amorim Pereira

Andréa Ferreira da Costa

Adriana de Medeiros Marcolano Thebas

Mayara Cazadini Carlos

DOI 10.22533/at.ed.4172115042

CAPÍTULO 3..... 25

SEXUALIDADE NA TERCEIRA IDADE: MITOS E TABUS

Mylena Menezes de França

Ivana Suely Paiva Bezerra de Mello

Daniela Heitzmann Amaral Valentim de Sousa

Silvana Barbosa Mendes Lacerda

DOI 10.22533/at.ed.4172115043

CAPÍTULO 4..... 38

ENVELHECIMENTO FEMININO E O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Daniela Soares da Silva

Simone Pereira da Costa Dourado

DOI 10.22533/at.ed.4172115044

CAPÍTULO 5..... 49

ENTRE COSTUMBRES Y RUPTURAS

Nancy Zárate Castillo

Gloria Patricia Ledesma Ríos

DOI 10.22533/at.ed.4172115045

CAPÍTULO 6..... 61

COISAS QUEBRADAS: AFETIVIDADES DESVIANTES

Ludmila Castanheira

Lua Lamberti de Abreu

DOI 10.22533/at.ed.4172115046

CAPÍTULO 7	67
GÊNEROS, VULNERABILIDADES E OPRESSÕES: UM ESTUDO A PARTIR DA TEORIA DA INTERSECCIONALIDADE E DA OBRA NAVALHA NA CARNE, DE PLÍNIO MARCOS	
Julia de Albuquerque Barreto Lucas Henrique de Lucia Gaspar	
DOI 10.22533/at.ed.4172115047	
CAPÍTULO 8	85
NOTAS PRELIMINARES SOBRE CAPITALISMO E PATRIARCADO: O DEBATE ENTRE A TEORIA UNITÁRIA E O FEMINISMO MATERIALISTA	
Clara Gomide Saraiva	
DOI 10.22533/at.ed.4172115048	
CAPÍTULO 9	97
A (IM)POSSIBILIDADE DE OBJECÃO DE CONSCIÊNCIA DOS MÉDICOS NA UTILIZAÇÃO DAS TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA POR PESSOAS HOMOSSEXUAIS, SOLTEIRAS E TRANSGÊNERAS: UMA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL INSPIRADA NA TEORIA RAWLSIANA DE JUSTIÇA COMO EQUIDADE	
Iara Antunes de Souza Priscilla Jordanne Silva Oliveira Rafaela Fernandes Leite	
DOI 10.22533/at.ed.4172115049	
CAPÍTULO 10	110
SAÚDE E SEXUALIDADE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NOS DOMÍNIOS DO CROMÁTICO DISCURSIVO DAS CAMPANHAS DE PREVENÇÃO	
Claudemir Sousa Vandiel Barbosa Santos	
DOI 10.22533/at.ed.41721150410	
CAPÍTULO 11	127
TRANSFOBIA E AS POLÍTICAS DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL	
Fernando dos Santos Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.41721150411	
CAPÍTULO 12	140
A INTERFERÊNCIA DA MASCULINIDADE TÓXICA NO FUTURO DA LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO	
Nathan Nahas Matteo Henrique Sartore Letícia Oliveira Lima Beatriz dos Santos Rissi Barbra Kei Yaguiui Knorst Cristina Landgraf Lee	
DOI 10.22533/at.ed.41721150412	

CAPÍTULO 13.....	154
O SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL COMO UM MECANISMO DE REFORÇO DA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL NO UNIVERSO FEMININO	
Thalita Araújo Silva	
Yollanda Farnezes Soares	
DOI 10.22533/at.ed.41721150413	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	166
ÍNDICE REMISSIVO.....	167

sexuality as a relevant political factor in the formation of subjectivity in the human being, with the aim centered on the development of the individual. The research methodology chosen was the bibliographic survey. Analysis of the study by authors such as FURLANI (2011), LOURO (1997), SUPPLY (1981), in addition to the PCNs. We show that the work with the aforementioned theme maintains a restricted view, consistent with the medical hygienist conception of sexuality. Difficulties, taboos, prejudices, embarrassment and disinformation pose barriers in addressing the issue, making it difficult for young people to develop healthy sexuality.

KEYWORDS: Sex Education, Adolescence, Sexuality.

1 | INTRODUÇÃO

A motivação para realização dessa pesquisa, surgiu devido a nossa experiência enquanto docentes, percebemos que alunos do ensino fundamental, emitem comportamentos e vocabulários relacionados a sexo e sexualidade, que em determinados momentos, merecem atenção especial por parte dos docentes.

A sexualidade acompanha o indivíduo por toda a vida, nossos sentimentos e ações em relação à nossa vida sexual, pode ser resultado de experiências, que inclui valores e concepções sociais presentes em cada cultura, atribuindo o que é adequado ou inadequado.

A sexualidade é construída ao longo da vida, por meio das relações sociais orientações e experiências vivenciadas pelos indivíduos, se bem conduzida, ele pode vivê-la plenamente. Assim, diante de determinadas situações, o indivíduo poderá fazer escolhas coerentes que não irão colocá-lo em situações de risco. Nesse sentido, a escola não pode ser omissa e nem tratar a questão de maneira superficial, porque, também tem responsabilidades juntamente com a família e outras instituições sociais de orientar os indivíduos em relação ao tema.

Percebe-se que nas escolas ainda há lacunas dificultando o trabalho com educação sexual, como o despreparo dos professores, tabus, preconceitos, entre outros.

A escola, pode ser considerada um importante espaço de intervenção sobre a sexualidade, diferente de outras Instituições, ela pode elaborar projetos direcionados a esse público capaz de motivá-los a refletir sobre essa temática.

A intenção de introduzir esse assunto no currículo escolar fica evidenciada pela incorporação da orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) na forma de tema transversal. Elaborados pelo governo federal, os PCN's têm por objetivo estabelecer uma referência teórica de trabalho para as instituições escolares.

De acordo com esse documento, os temas transversais abordam problemas fundamentais presentes na vida social, como a Ética, Saúde, Meio-ambiente, Orientação sexual e Pluralidade cultural. Eles devem ser trabalhados durante o processo de escolarização, não tem uma disciplina específica para trabalhá-los, sugerindo claramente a sua importância para uma educação contextualizada, com temas pertinentes as

necessidades dos alunos da educação básica, habilitando-os para a tomada de decisões inteligentes zelando assim pela sua saúde e a dos outros também.

Dessa forma, a inserção dessa temática na escola se justifica por um lado, para uma dimensão epidêmica e, por outro, proporcionar mudanças nas expectativas do comportamento sexual dos jovens.

Abordamos também, a questão das mudanças na adolescência, como o indivíduo que se encontra nessa fase pode estar suscetível a se colocar em determinadas situações que o leve a correr riscos, pela falta de experiência e curiosidade, podendo ser resultado da deficiência de uma orientação sexual adequada.

Destacamos à educação sexual nas escolas, como essa temática foi incluída no currículo escolar. A importância da qualificação do educador sexual, porque, ela pode capacitá-lo para desenvolver com mais segurança seu trabalho.

2 | A SEXUALIDADE HUMANA

Procuramos analisar o tema pesquisado, recorrendo ao passado, buscando explicações para contextos presentes, a fim, de compreender como chegamos a contextos atuais, verificando como mudam os valores e a influência destes no comportamento sexual dos indivíduos.

Alguns conceitos associados à sexualidade como o de beleza, do erótico, do sexo associado apenas à reprodução ou ao prazer mudam através dos tempos. Quando refletimos sobre a educação, os seres humanos têm limites para poder viver em sociedade e ser aceito em termos de comportamento, considerado aceitável o que não fere e nem desestrutura os padrões de determinado grupo social.

Na história da humanidade, o conceito associado ao comportamento sexual desejado, muda bastante. Os valores envolvidos mudam também, mas sempre, envolvendo instituições como, a família, escola e a igreja.

Problemas como as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's), família, adultério, homossexualidade, submissão da mulher ao homem, são tratados de diferentes maneiras, o que é permitido é uma questão de época, do contexto histórico. Para que, as pessoas entendam tudo isso se faz necessário uma Educação Sexual que, seja capaz de ajudar os indivíduos na tomada de decisão coerente diante das dúvidas anseios e expectativas.

Percebe-se que, com o decorrer da história, o desenvolvimento tecnológico, contribuiu com a forma de interação entre as pessoas, fizeram com que as sociedades fossem incorporando novos modos de vida, também, importados de outros países, os valores foram mudando acompanhando essa transformação. Assim, o comportamento dos indivíduos em relação ao sexo e a sexualidade, também, se modificou. Surgindo a necessidade de novos estudos, para suprir a demanda de uma sociedade em constantes transformações.

Os últimos 50 anos do século XX viram florescer de uma série de campos não disciplinares do conhecimento, além das já clássicas Ciências Humanas e Sociais e Físicas. Esses novos campos se tornaram o pensamento contemporâneo marcado pela articulação e/ou confluência de distintas abordagens, entre elas: Os Estudos de Gênero e Sexuais, Os Estudos Literários, os Estudos sobre Etnias e Raças e os Estudos Culturais. Furlani (2011, p. 55).

Essas novas abordagens surgiram para acompanhar os novos comportamentos sociais, resultantes dessa nova dinâmica social. Em relação ao gênero, Furlani (2011), defende que “O conceito de gênero se refere apenas às relações entre os seres humanos. As representações de gênero são criadas pela sociedade que atribuem às diferenças sexuais a ideia de um homem e de uma mulher, o que é masculino e o que é feminino.”

Nesse sentido, o conceito em relação ao gênero é aprendido não é uma determinação biológica, a pessoa não nasce homem ou mulher, ela se torna, de acordo com a sociedade e o tipo de educação que recebe vai fazendo uma separação de papéis para cada gênero, que são padrões de condutas considerados apropriados e desejáveis para cada sexo.

Seguindo esse raciocínio, destacamos a importância do educador e da educação, incluindo nesse contexto a importância da escola, porque ela também é responsável na construção da concepção do gênero juntamente com as outras instituições.

Para Foucault (1999, p. 296), são os elementos sociais, o dito e o não dito que compõem o dispositivo. Ao falarmos da Educação Sexual na escola, estamos falando do dispositivo de controle que pode ser acionado pelo dito e o não-dito, do controle de necessidades básicas. Ribeiro e Souza (2002, p. 218) comentam:

Nesse sentido, entendemos que as proposições e os discursos que normatizam os projetos de Educação Sexual nas escolas, vem atuando como uma estratégia regulamentadora da sexualidade, a qual tem como matriz a biopolítica. Essa tecnologia de poder regula a sexualidade através de mecanismos de controle e intervenção centrados nos fenômenos biológicos: como natalidade, DSTs... Integrando tal tecnologia existe outra, a disciplinar, dirigida ao corpo, regulando a sexualidade através do controle do mesmo, nos gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos.

O Estado de acordo com comportamentos sociais que merecem maior atenção, elabora políticas públicas para intervir evitando assim futuros problemas resultado desses comportamentos, porque se ele for omissivo as consequências poderão ser desagradáveis exigindo intervenções onerosas, incluindo nessa visão a questão da sexualidade e do sexo.

Desde os tempos antigos, que os indivíduos têm suas dúvidas, curiosidades, desafios que envolvem a sexualidade e o sexo, abordar o assunto de maneira coerente e didática, ajuda na construção uma identidade sexual harmoniosa. Louro (1997, p. 141), afirma que tratar da sexualidade não é tarefa fácil. “Abordar a sexualidade não é tarefa fácil nem trivial. Trata-se de assumir que todos os sujeitos são constituídos socialmente, que a diferença (seja ela qual for) é uma construção feita a partir de um dado lugar que se toma

como norma ou como centro.”

Trabalhar com o tema na escola, como se referiu o autor, não é tarefa fácil porque inclui valores e comportamentos associados ao contexto histórico, social e cultural em que o aluno vive. Essa abordagem, com o decorrer da história vem se tornando difícil para o professor. Com o advento da Revolução Industrial e o avanço tecnológico de maneira geral, a sociedade e a conduta sexual dos indivíduos passam por mudanças o que leva a torná-la alvo de análises e intervenções por parte do estado.

Compreender como a proposta de trabalho com a educação sexual está colocada nos documentos públicos é relevante. Eles buscam atender as reivindicações feitas por diferentes movimentos sociais para construção do currículo? Como os movimentos de Mulheres, de Negros, Negras e populações Quilombolas, Indígenas, Étnicos, LGBTQIA+, entre outros.

Com o gradativo desenvolvimento social é natural que temas associados à sexualidade e ao sexo, se tornem alvos de discussões feitas por diferentes segmentos sociais, deixando de ser responsabilidade apenas de moralistas religiosos. Houve também, um aumento no número de estudos tratando do assunto, porque quanto mais se conhece, maiores são as possibilidades de intervenção. Na opinião de ALMEIDA (2009, p.23),

Desde o início do século XX, a necessidade de se pensar a Educação Sexual no âmbito escolar já é reconhecida [...] Observa-se no cenário das políticas públicas brasileiras sucessivas tentativas de inclusão da temática “educação sexual” no contexto escolar.

Percebe-se uma longa trajetória relacionada à inclusão da Educação sexual no contexto escolar, até chegar sua concretização como tema transversal, incluída nos PCN’s, sendo referência para direcionar o trabalho nas instituições escolares. Na década de 1920, acontecem importantes discussões acerca de um programa de educação sexual, aprovado no Congresso Nacional de Educadores de 1928. Mas, devido à pressão da Igreja Católica, à falta de conteúdos e métodos para abordar o assunto, além de ações punitivas aplicadas a professores que tentavam abordar o tema, o programa não foi implementado. Segundo Altmann (2005), “Em décadas anteriores a relação à educação sexual a família era a responsável, porém, nas escolas era permitido desenvolver projetos na disciplina de Biologia.”

A abordagem biológico-higienista é aquela considerada por muitas/os a prevalente (e até mesma a única) nas ações educacionais voltadas à discussão do desenvolvimento sexual humano no contexto, sobretudo, da escolarização formal. Costuma conferir ênfase na biologia essencialista (baseada no determinismo biológico) e é marcada pela centralidade do ensino como promoção da saúde, da reprodução humana, das DST’s da gravidez indesejada, do planejamento familiar, etc. Furlani (2011, p. 16)

As abordagens restritas ao biológico fazem parte do trabalho com educação sexual

CAPÍTULO 11

TRANSFOBIA E AS POLÍTICAS DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 11/02/2021

Fernando dos Santos Pereira

Discente do Programa de pós-graduação em Psicologia, curso de Mestrado da Faculdade de Ciências Humanas - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
<http://lattes.cnpq.br/2437575130211441>

RESUMO: Este estudo concentra-se em oferecer concepções teóricas sobre a Transfobia, seu arranjo e a materialização, expondo os contextos sociais aos quais a população de travestis e transexuais está exposta. Utiliza-se também de dados qualitativos e quantitativos que demonstram o quadro situacional da transfobia no Brasil. Para além, busca-se apresentar um panorama de como atuam os setores de defesa dos direitos humanos e, por sua vez, quais são os instrumentos utilizados para promoção e garantia dos direitos das pessoas travestis e transexuais, tendo como desafio final expor uma análise do descrito, e apontar possíveis mecanismos estratégicos que contribuam para a construção de novos cenários para as vivências.

PALAVRAS-CHAVE: Transfobia. Política. Transexualidade.

TRANSFOBIA AND HUMAN RIGHTS DEFENSE POLICIES IN BRAZIL

ABSTRACT: This study focuses on offering theoretical concepts about Transphobia, its

arrangement and materialization, exposing the social contexts to which the population of transvestites and transsexuals is exposed. It also uses qualitative and quantitative data that demonstrate the situational picture of transphobia in Brazil. In addition, it seeks to present an overview of how the human rights defense sectors operate and, in turn, what are the instruments used to promote and guarantee the rights of transvestite and transsexual people, with the ultimate challenge of exposing an analysis of the described, and point out possible strategic mechanisms that contribute to the construction of new scenarios for the experiences.

KEYWORDS: Transphobia. Policy. Transsexuality.

1 | INTRODUÇÃO

A transfobia como violência, é algo a ser cada vez mais enfatizado e tratado, para que se possa demonstrar como essa violência é construída em sociedade e como os discursos sobre quem é violentado e quem violenta é disseminado. Quase que generalizado, no caso das travestis e transexuais a violência que sofrem se aclimata ao senso comum como pessoas abjetas que vivem em constante situação de conflito social, como infratoras da moral, dos costumes, como sujeitos que fogem ao limite dos corpos, assim, para muitos, o assassinato de uma pessoa travesti e transexual se revela como natural aos olhos da sociedade que não as reconhece, dado o contexto profissional e o

envolvimento afetivo.

Este capítulo, está sendo elaborado no sentido de pensar a Transfobia, seu arranjo e a materialização, expondo os contextos sociais dos quais a população de travestis e transexuais estão expostas, utiliza-se também de dados qualitativos e quantitativos que demonstram o quadro situacional da transfobia no Brasil.

Busca-se apresentar um panorama de como atuam os setores de defesa dos direitos humanos e, por sua vez, apresentar quais são os instrumentos utilizados para promoção e garantia dos direitos das pessoas travestis e transexuais, tendo como desafio final apresentar uma análise do descrito, e apontar possíveis mecanismos estratégicos que contribuam para a construção de novos cenários para as vivências

2 I TRANSFOBIA E AS POLÍTICAS DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

2.1 Transfobia

A vida das pessoas trans deve ser analisada sob uma perspectiva de totalidade histórica, na qual indivíduos e grupos possuem suas vidas atravessadas por determinações da cultura, da economia, da política e da subjetividade.

Essas vidas experimentam rebatimentos de classe social, raça/cor, orientação sexual, gênero, evasão escolar, dificuldades de acesso à saúde, entre outros.

Segundo Barbosa (2010), muitas das pessoas trans não tem para onde ir, muitas vezes se abrigando na casa de alguma colega ou alugando um quarto de pensão. Essa saída de casa se dá por vontade própria ou por expulsão, sendo o último motivo mais corrente. A reação social a essa afronta à “decência” e aos “bons costumes” pode ser ressaltada no relato de várias pessoas trans, onde a escola não as aceita, o mercado de trabalho formal as discrimina e a prostituição acaba se tornando, praticamente, a única alternativa de sobrevivência. Assim, “expulsas da vida” acabam tendo como alternativa de sobrevivência os disputados espaços de prostituição nas ruas.

De acordo com Barbosa (2010), a construção da pessoa trans está relacionada à questão do espaço social, que é visto como um território onde diversas relações são estabelecidas. Os locais de prostituição desta parcela da população não são legitimados somente como locais de aferição de renda, mas de sociabilidade e de aprendizado, enquanto condição para a instituição de uma identidade grupal, auxiliando no processo de montagem do corpo, como observamos as mortes por aplicação de silicone industrial. Ainda para Barbosa (2010), no universo da prostituição a meta diária é a sobrevivência, pois a rua caracteriza-se por ser um local cheio de incertezas e armadilhas.

De forma geral as pessoas trans são marcadas por uma enorme porção de medo e de insegurança em virtude dos riscos de apedrejamento da “vitrine”, onde exibem seus corpos. A aproximação entre atores que trabalham na rua pode ser analisada uma forma

de segurança e de sobrevivência às diferentes intempéries, bem como de manutenção de redes e manutenção do poder local, pois o espaço que de longe parece ser homogêneo, na verdade é bastante heterogêneo, em virtude da formação de diferentes redes, o que pode gerar uma grande instabilidade e constantes disputas de poder (BARBOSA, 2010).

De acordo com Carrara e Viana (2006), nos assassinatos das pessoas trans, o procedimento usual registrado nos inquéritos é o de apurar informações sobre a vítima em zonas morais que seriam frequentadas por outras pessoas trans, redundando em resultados negativos. A baixa resolução dos casos parece ser condicionada por um conjunto de fatores, entre os quais gênero e classe social, que se combinam para colocar as pessoas trans entre os grupos socialmente mais desfavorecidos.

Nas execuções de pessoas trans, tem-se a evocação de uma imagem da desordem urbana, em que o duplo desvio sexual (travestilidade, transexualidade e prostituição) surge conectado à pobreza, ao tráfico e às favelas. Pessoas trans acabam sendo assassinadas sem que muito se faça para esclarecer o caso (CARRARA; VIANA, 2006).

A indiferença policial na apuração da maior parte desses crimes parece encontrar eco nas representações negativas das pessoas trans como homossexuais especialmente desajustados, de modo que sua morte, em geral em idade bem inferior do que a das vítimas de latrocínio tende a ser tomada por policiais como consequência de um modo de vida constantemente próximo da ilegalidade e que é recebida com poucas pressões, sobretudo familiares, por sua apuração e por justiça (CARRARA; VIANA, 2006).

O significado da vida para as pessoas trans, frente à presença diária do risco da morte, é da magnitude do presente e poucos planos futuros. O envelhecimento e o cuidado de si para o futuro não fazem parte das expectativas deste segmento.

No Brasil, as pessoas trans em atividade de prostituição são as mais vulneráveis. As pequenas chances de sobrevivência econômica colocam grande parte delas no exercício da atividade comercial sexual, o que as torna alvo de maior risco de morte. Enquanto a sociedade não reconhecer a identidade de gênero das pessoas trans, estas ainda serão marginalizadas e vitimizadas. Importante reafirmar a universalidade dos Direitos Humanos, comprovando a necessidade de ações afirmativas específicas a essa população nas diferentes políticas públicas, dentre as quais a política de segurança pública. O exercício da cidadania plena é fundamentado na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos Direitos Humanos (DOSSIE TRANS 2018).

O Estado necessita intervir de forma a, em primeiro plano, diminuir a violenta discriminação sofrida por essas pessoas e oferecer a elas condições dignas de educação, trabalho, habitação e vida. O princípio da dignidade da pessoa humana e os direitos da personalidade garantem o direito à integridade física e moral, à privacidade e ao próprio corpo. Exige-se, deste modo, ação estatal para que esta população possa de fato usufruir desses direitos garantidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal.

No Brasil as pessoas trans sofrem com a violação de direitos humanos diariamente. Do ponto de vista dos avanços legais para a promoção dos direitos das pessoas trans, o avanço ainda pode ser analisado escasso. Em relação ao respeito, dignidade e reconhecimento da comunidade trans no cotidiano, repetidamente não se respeita a identidade de gênero em espaços públicos ou em espaços de circulação. O Brasil segue invicto na liderança da violência e dos assassinatos da população de travestis e transexuais em todo o mundo. Em 2018, a ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais passou a representar o Brasil no Sistema de Monitoramento da Violência contra pessoas LGBTI na América Latina e Caribe (SinViolenciaLGBT).

Em 2019, pelo menos 124 pessoas transgênero, entre homens e mulheres transexuais, transmasculinos e travestis, foram assassinadas no Brasil, em contextos de transfobia. Os dados estão no relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). De acordo com organização, em apenas 11 dos casos os suspeitos de terem cometido os crimes foram identificados. No relatório, a Antra faz um alerta também para o problema da subnotificação já que a real motivação dos crimes nem sempre é explicitada.

O relatório aponta que, em 2018, foram registrados 163 assassinatos. Já em 2017, foram 179 casos. De acordo com a associação, a redução dos números não representa exatamente uma queda nos índices de violência contra essa população. Para a Antra, existe aumento da subnotificação das ocorrências.

Os dados mostram ainda que, a cada dia em 2019, 11 pessoas transgênero sofreram agressões. A mais jovem das vítimas assassinadas tinha 15 anos de idade, encaixando-se no perfil predominante, que tem como características faixa etária entre 15 e 29 anos (59,2%) e gênero feminino (97,7%). A desigualdade étnico-racial é outro fator em evidência, já que 82% das vítimas eram negras (pardas ou pretas).

Em números absolutos, o estado que apresentou o mais alto índice de homicídios foi São Paulo, com 21 homicídios, quantidade 66,7% superior ao registrado no ano anterior (14). O território paulista se destaca como um dos quatro que se tornaram mais violentos para pessoas transgênero, em 2019, ao lado de Pernambuco, Rondônia e Tocantins, e também lidera o ranking quando o período de 2017 a 2019 é considerado.

Em segundo lugar na lista de 2019, está o Ceará, com 11 casos. Em seguida, vêm Bahia e Pernambuco, com 8 casos, cada; Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, com 7 casos, cada; e Goiás com 6 casos. Amazonas, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraíba empatam com 5 casos; Espírito Santo, Pará e Rio Grande do Norte, com 4; Alagoas, Rondônia e Tocantins, com 2; e Mato Grosso do Sul, Roraima, Sergipe e Piauí, com 1.

O estigma e a discriminação contra pessoas trans e com diversidade de gênero são reais e profundos em todo o mundo e fazem parte de um círculo estrutural e contínuo de opressão que os/as mantém privados/as de direitos básicos.

2.2 Políticas Públicas de Defesa dos Direitos Humanos para pessoas Travestis e Transexuais no Brasil

Não se deve pensar, que a agenda de direitos sexuais resume-se às bandeiras de luta do movimento LGBT e muito menos concluir, equivocadamente, que políticas públicas de combate à homofobia e de promoção da cidadania dessa população contemplam todos os direitos sexuais.

O combate à discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais e transexuais – LGBT – e a defesa de seus direitos devem ser compreendidos não sob o equivocado prisma da criação de novos direitos, mas sim sob a correta ótica da aplicação dos direitos humanos a todos, indiscriminadamente. Trata-se da aceitação dos princípios fundamentais sobre os quais todos os direitos humanos estão assentados: a igualdade de valores e a igualdade de dignidade de todos os seres humanos.

Sobre a definição de políticas públicas, utilizamos a elaboração formulada por Secchi (2013), segundo o qual

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Vejamos essa definição em detalhe: uma política é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém [...]. Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2013, p. 2 e 11).

Essa noção nos auxilia na compreensão das políticas públicas como ações que visam superar problemas coletivos. Entretanto, Mello; Brito e Maroja (2012b) – ao abordarem as políticas de Gênero e Diversidade Sexual – vão dizer que elas podem desempenhar tanto um papel conservador quanto um papel transformador:

Parece claro, porém, que as políticas públicas exercem um importante papel na manutenção e/ou superação das opressões de gênero e sexuais. De um lado, podem reforçar as desigualdades, quando as ações e os programas governamentais objetivam atender necessidades supostamente universais, ignorando demandas específicas de parcelas da população. De outro, podem contribuir para a redução de tais desigualdades, ao priorizarem os direitos sexuais e reprodutivos na agenda do governo, por meio da formulação e implementação de ações e programas dirigidos a este fim (Farah, 2004). No caso da segunda hipótese, as políticas públicas tanto podem assumir um caráter universalista, mas genericado e sexualizado, quanto à forma de políticas dirigidas a grupos específicos, a exemplo de programas de combate à homofobia nas áreas de educação, saúde e segurança (MELLO et al, 2012b, p. 417).

Em “Sopa de Letrinhas?”, Regina Facchini (2005) classifica a história do Movimento LGBT brasileiro em três ondas: a primeira delas vai de 1978 a 1983, a segunda compreende os anos de 1984 a 1992 e a terceira engloba o período de 1992 até a escrita do livro citado (2005).

A primeira onda (1978-1983) é caracterizada pelo surgimento do Movimento LGBT (chamado de Movimento Homossexual Brasileiro - MHB) através do grupo Somos e do Jornal Lampião da Esquina. A luta pela politização da homossexualidade ocorre em paralelo à luta contra a ditadura. Inclusive, atores e atrizes da esquerda da época argumentarão que existe uma “luta principal” para se referir a luta contra o regime e contra o capitalismo (discurso ainda presente, em certa medida, na atualidade, em alguns setores da esquerda brasileira), o que gerava tensões e rupturas. Outra característica era a dimensão “terapêutica”, que os grupos da época lançavam mão: nas rodas de diálogo, os membros ativistas possuíam e expunham condições desiguais em comum, provocando um senso de solidariedade, irmandade, semelhança e reconhecimento de problemas coletivos. Pode-se perceber a influência do pensamento feminista “o pessoal é político” nesse tipo de ação, na medida em que as histórias de vida e as trajetórias eram marcadas por momentos difíceis em função de sua “opção sexual”³. É formado o primeiro grupo de lésbicas a partir de uma cisão do Somos/SP. Surge também o Grupo Gay da Bahia (GGB), primeiro grupo a se formalizar como uma ONG (Organização Não-Governamental) e a trazer demandas do Nordeste brasileiro. O GGB assumirá importante protagonismo na campanha pela despatologização da homossexualidade (FACCHINI, 2005).

A segunda onda do Movimento LGBT (1984-1992) pode ser explicada pelo surgimento da epidemia de HIV/AIDS, fazendo com que o número de grupos diminuísse. Muitos ativistas da causa homossexual migrariam para lutar contra a epidemia (o que não deixa de ter ainda relação com o ativismo homossexual) em busca de respostas governamentais para a doença.

Além disso, a queda da ditadura, do chamado inimigo comum, dilui o caráter comunitário movimentalista vigente nos anos de chumbo. Faz parte desse período a campanha nacional do GGB pela retirada da homossexualidade do Instituto Nacional de Assistência Médica (INAMPS), ou seja, a luta pela despatologização. A luta contra o que era chamado de “câncer gay” diminuía o caráter revolucionário de liberação sexual ao mesmo tempo em que brotava a necessidade de demonstrar à sociedade que gays e lésbicas também eram “decentes”. Também foi nesse período o surgimento da expressão “orientação sexual”¹ em oposição ao que seria uma opção, uma escolha.

O grupo Triângulo Rosa do Rio de Janeiro assim como o Grupo Gay da Bahia se formalizaram e realizaram uma campanha pela inclusão da não discriminação pela orientação sexual na Constituinte de 88, sem sucesso. Mas tal iniciativa viria influenciar

¹ Segundo Alípio Sousa Filho (2009), o termo “opção sexual” evoluiu para “orientação sexual” na década de 80 no bojo das lutas pela despatologização da homossexualidade perante a Organização Mundial de Saúde. Esse mesmo autor desenvolve uma crítica à essencialização do termo “orientação sexual”, para quem esse seria uma expressão bem comportada frente à ideia de opção sexual em que as liberdades, escolhas e preferências deveriam estar em primeiro lugar. Nessa lógica, o Movimento LGBT tem utilizado o termo “orientação sexual” como forma de legitimar suas identidades ao explicar que não se torna LGBT e sim se nasce LGBT. Segundo Sousa Filho, apostar nessa expressão para combater o preconceito é uma estratégia equivocada, dados os argumentos conservadores que indicam terapias reversivas para “mudar” essa orientação sexual homossexual. O flerte com abordagens científicas conservadoras e naturalizadoras da sexualidade como a medicina e a psicologia seria um perigo.

o Movimento na luta contra a discriminação e é dessa corrente que surgem legislações punitivas em âmbito estadual e municipal (FACCHINI, 2005).

A terceira onda do Movimento LGBT (1992-2005) é marcada pelo aumento no número de ONGs e grupos com variados formatos do Movimento LGBT (setoriais partidários, grupos informais, grupos religiosos, núcleos universitários, etc.) em todo o país.

O projeto neoliberal vigente dos anos 90 fomentou a organização do Movimento em formato de ONG e a disputa pela execução de projetos estatais, sobretudo de caráter preventivo do HIV/AIDS. Em virtude do contexto, a pauta de política pública que entra com mais força no Estado é a da saúde, com foco no HIV/AIDS, que irá se transformar no Governo Lula em políticas de direitos humanos e cidadania com a implantação de políticas afirmativas e participativas. É nessa “onda” que entram em cena com mais força outras identidades – e suas agendas – até então secundárias no Movimento LGBT como lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. É nesse período que se formam as grandes redes nacionais que congregam dezenas de organizações locais e de base, como: a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), Rede Afro LGBT, entre outras, além do aumento da visibilidade na sociedade e na mídia através das Paradas do Orgulho LGBT, outra característica marcante deste período. É no início da década de 2000 que o Movimento LGBT passa a atuar fortemente junto ao Poder Executivo Federal para a gestação de políticas de direitos humanos e não mais apenas no campo da saúde. Contribuíram para isso tanto o financiamento de agências internacionais para as ONGs brasileiras na área de direitos humanos assim como a vitória eleitoral do PT em nível nacional, que passaria a incluir cada vez mais as pautas do Movimento LGBT no Governo Federal. Símbolo dessa confluência entre Movimento LGBT e Estado é o lançamento em 2004 do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) que visaria um conjunto de políticas transversais e interministeriais na promoção e proteção da cidadania LGBT. Ampliam-se também as articulações entre governos estaduais e municipais, as relações de ativistas LGBT com parlamentares em todas as federações do Poder Legislativo (embora se cresça também uma forte oposição religiosa-conservadora) com a criação e aprovação de projetos de lei (as principais pautas no parlamento seriam a Parceria Civil, a criminalização da homofobia e o reconhecimento das identidades trans e suas necessidades) e do Poder Judiciário, considerado mais aberto às demandas LGBT. Também neste período observa-se o surgimento de um mercado segmentado para a população LGBT e grupos universitários de pesquisa e ativismo, principalmente com as políticas de expansão de vagas e democratização do Ensino Superior gestadas no governo petista. Ampliaram-se também os canais de interlocução entre Movimento LGBT e Estado (em todas as esferas do Poder Executivo) através de uma maior participação social por meio de Conferências e Conselhos de direitos (FACCHINI, 2005).

Estando em 2016, encontramos-nos onze anos à frente dos escritos de Facchini sobre as três “ondas” do Movimento LGBT (2005) e de lá pra cá muitas coisas aconteceram. Aqui ousamos arriscar dizer que o Movimento LGBT vive um contexto que pode, supostamente, ser caracterizado por uma “quarta onda”. Nessa observa-se o deslocamento de ativistas LGBT para o interior do Estado, atuando na formulação e execução de políticas públicas, o que tem gerado novos dilemas políticos e teóricos. Além do trânsito fluido entre Estado e sociedade civil, é nesse período que assistimos mais fortemente à organização e à incidência de setores religiosos conservadores e oposicionistas da cidadania LGBT nas estruturas do Estado (com mais ênfase no Poder Legislativo), demonstrando também um trânsito entre sociedade civil (igrejas) e sociedade política. Tal configuração reverbera em outros Poderes interferindo na implementação de políticas públicas LGBT, além de travar matérias legislativas do interesse de LGBT no Parlamento. Retrocessos podem ser vistos como a propositura de projetos de lei LGBT fóbicos/reacionários² e o boicote à políticas elaboradas no Executivo³. Ganham-se força novas formas de ativismo e perspectivas teóricas pós-modernas com destaque para a Teoria Queer e Pós-Coloniais. Aumentam-se ainda mais os espaços de participação social, mas a capacidade deliberativa dilui-se em face da correlação de forças desfavorável na arena política (TEIXEIRA, 2014).

Além das características acima apontadas, observamos também nesta possível “quarta onda”: o ressurgimento de grupos não institucionalizados focados em ações de cunho lúdico-culturais; a ampliação de grupos LGBT universitários – a primeira edição do Encontro Universitário de Diversidade Sexual, o ENUDS, data de 2003 – atuando no interior das universidades brasileiras; a organização e atuação mais intensa das outras “letrinhas” (L, B e T); o aumento de núcleos, observatórios, disciplinas e grupos de pesquisa que tem difundido e produzido conhecimentos; e ativismos nas universidades e consequentemente a maior quantidade de eventos científicos com temas relativos à Gênero e Sexualidade.

É interessante também perceber uma espécie de “nordestinização” e interiorização desses eventos a exemplo das edições do “Desfazendo Gênero”, do “Enlaçando Sexualidades”, do “Colóquio Nacional sobre Representações de Gênero e Sexualidade”, da “Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero” (que já existia desde 1992), do “Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais”, entre outros. Também é característica desse período a mudança de ênfase no ativismo das questões ligadas às DST/AIDS para pautas mais amplas como direitos humanos, cidadania, violência, educação e cultura.

Também ocorrem, a partir das influências da Teoria Queer, movimentos pós-identitários que – diferentemente do que se viu com a afirmação das identidades LGBT, na qual se acirraram as demandas específicas – têm advogado em favor da diluição dessas identidades com o objetivo de questionar toda e qualquer forma de construção

2 Como as que podem ser lidas nas notícias: “Proposta sobre cura gay é aprovada em comissão presidida por Feliciano” (. Acesso em 17 mai. 2020), “Câmara vota projeto de Cunha contra ‘heterofobia’” (. Acesso em: 17 mai. 2020). 3 Ver notícia: “Dilma suspende ‘kit gay’ após protesto da bancada evangélica” (. Acesso em: 17 mai. 2020).

e padronização das identidades e defender maior liberdade sobre os corpos e gêneros (COLLING, 2015).

Arrefeceram-se ONGs e projetos destinados a essas organizações, ao mesmo tempo em que aumentou-se a responsabilidade estatal na elaboração e administração de projetos e políticas públicas; ou seja, o oposto do que ocorreu nos anos 90, marcados pelo aprofundamento do neoliberalismo e pela consequente transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil organizada.

Com a transição de muitos/as ativistas para espaços de gestão, o Movimento LGBT passa por uma reconfiguração, que tem na ampliação das políticas públicas sua principal característica. No entanto, novas formas de relacionamento entre Estado e sociedade civil se estabeleceram seja pela via da parceria ou da tensão. As parcerias ocorrem por meio de projetos e atividades financiadas ou institucionalmente apoiadas conferindo mais força política aos grupos promotores que passam a utilizar os brasões institucionais estatais em suas ações. Já as tensões se dão tanto pelos distintos projetos políticos em disputa quanto pela competição em nível pessoal entre ativistas (inclusive para “ascender” ao Estado) passando pelas frágeis e insuficientes políticas públicas e estruturas governamentais destinadas à população LGBT. Inclua-se ainda a dificuldade que ativistas LGBT encontram para criticar seus/suas companheiros/as que estão na gestão, o que poderia ser confundido como disputa pessoal e não reivindicação política.

Com efeito, ampliaram-se as políticas públicas para a população LGBT nas duas primeiras décadas do Século XXI no Brasil. Elaboramos uma tabela que apresenta a trajetória das políticas públicas LGBT em âmbito nacional, buscando ilustrar o caminho dessas políticas no Brasil:

AÇÃO NATUREZA DA AÇÃO ANO (*)	AÇÃO NATUREZA DA AÇÃO ANO (*	AÇÃO NATUREZA DA AÇÃO ANO (*)
Criação do Programa Nacional de Aids no Ministério da Saúde	Embora não seja uma política exclusiva para LGBT e nem vislumbre a garantia transversal da cidadania LGBT, o Programa se configurou como estratégico parceiro do Movimento LGBT no Estado, ainda mais numa época de pouco diálogo entre as duas instâncias. Essa estrutura tem por objetivo diminuir a transmissão de HIV e Doenças Sexualmente Transmissíveis e melhorar a qualidade de vida das pessoas vivendo com essas doenças. Apoiou bastante o Movimento LGBT financiando projetos, eventos e paradas do orgulho a partir do início da década de 90.	1988
Programa Nacional de Direitos Humanos I Breve menção dos homossexuais como detentores de direitos humanos. 1996	Breve menção dos homossexuais como detentores de direitos humanos	1996

Criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos	Tendo sido criada na estrutura do Ministério da Justiça, foi fortalecida em 1999 passando a ser chamada de Secretaria de Estado de Direitos Humanos e o titular da época conquistou status de Ministro. No Governo Lula, em 2003, se torna Secretaria Especial de Direitos Humanos com mais recursos e estrutura. É a partir desse período que a agenda LGBT começa a ser gestada na política de direitos humanos	1997
Programa Nacional de Direitos Humanos II	Contendo 10 metas específicas para GLTTB (sigla à época), o Programa avançou no reconhecimento da diversidade sexual no campo da cidadania.	2002
Programa Brasil Sem Homofobia	Gestado no período Lula, fruto da parceria entre Governo Federal e lideranças LGBT. Prevê um conjunto de ações que visam combater a homofobia.	2004
I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais Travestis e Transexuais (GLBT à época)	Convocada por Decreto Presidencial, representou um marco na elaboração e construção de políticas públicas em conjunto com a população LGBT fortalecendo a participação social dessa população. É a partir deste evento que a sigla GLBT passa a ser LGBT, conferindo maior visibilidade a pauta lésbica.	2008
Programa Nacional de Direitos Humanos III	O PNDH-3 avança na agenda da população LGBT. Tendo sido construído com mais participação popular que os Programas anteriores.	2009
I Plano Nacional de Promoção da Cidadania e DH de LGBT e Transexuais	Fruto da I Conferência Nacional GLBT, o Plano contém 51 diretrizes e 180 ações, demonstrando assim diversas demandas históricas da população LGBT	2009
Criação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT na estrutura da SDH	A Coordenação foi criada com o objetivo de articular as políticas previstas no I Plano Nacional LGBT. Surge também para atender aquilo que o Movimento LGBT chama de “tripé da cidadania” (Plano / Coordenadoria / Conselho).	2009
Instituição do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT e Transexuais	Composto por 30 membros/as, representantes do governo e da sociedade civil, o Conselho tem por finalidade primordial formular e propor diretrizes para a ação governamental.	2010
Instituição do Dia Nacional de Combate à Homofobia	Por meio de Decreto, o presidente Lula instituiu o dia 17 de maio como o Dia Nacional de Combate à Homofobia. Essa é uma data internacionalmente celebrada em virtude da retirada da homossexualidade do Código Internacional de Doenças da Organização Mundial de Saúde.	2010
Disque 100 – Direitos Humanos	O Disque 100 funciona como um canal de denúncia em que segmentos vulneráveis vítimas de violência podem denunciar através de ligação telefônica. Em fevereiro de 2011, passa a atender a população LGBT.	2011

Lançamento da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT	Construído por ativistas e membros do Ministério da Saúde, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde e prevê um conjunto de ações em distintas áreas da saúde como: produção de conhecimentos, participação social, transversalidade, promoção, atenção e cuidado. É paradigmática porque amplia o foco de atenção do Estado dos problemas relativos ao HIV/AIDS para necessidades mais abrangentes da saúde de LGBT.	2011
II Conferência Nacional de LGBT e Transexuais	Convocada pela presidenta Dilma Rousseff, teve como objetivo central avaliar a execução do I Plano Nacional LGBT.	2011
Lançamento dos Anais da II Conferência Nacional de LGBT e Transexuais	Documento composto por artigos de ativistas, gestores/as, parlamentares, ministros do STF e outras pessoas ligadas à temática LGBT. Ainda contou com a publicação das diretrizes e moções aprovadas na II Conferência Nacional.	2012
Criação do Comitê Técnico de Cultura LGBT	A Portaria nº 19 de 17 de maio de 2012, publicada no DOU, cria o Comitê Técnico de Cultura LGBT que tem por objetivo formular políticas de valorização da Cultura LGBT para o Ministério da Cultura. O Comitê conta com membros da sociedade civil organizada.	2012
Lançamento do Relatório de Violência Homofóbica no Brasil – 2011 e 2012	Fruto da pressão do Grupo Gay da Bahia (GGB), que já contabilizava a violência homofóbica, o Governo Federal lança, no ano de 2012, o balanço da violência contra LGBT em 2011. Esse mapeamento da homofobia no Brasil foi necessário para implementação de políticas de enfrentamento a ela. No ano seguinte, em 2013, publica os dados de 2012	
Lançamento do Sistema Nacional LGBT	Demandado pelo Conselho Nacional LGBT, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República lança o Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência LGBT que tem por objetivo a criação de Conselhos e Coordenadorias estaduais e municipais, afim de construir e fortalecer uma rede de políticas públicas LGBT no país inteiro.	2013
Instalação do Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT	No âmbito do Sistema Nacional LGBT e em articulação com o Fórum Nacional de Gestores/as LGBT, a Secretaria de Direitos Humanos instalou esse Comitê visando aproximar gestores/ as da política LGBT em todo o país e articular um pacto federativo das políticas LGBT atribuindo responsabilidades e funções ao Governo Federal, governos estaduais e municipais.	2014

Lançamento do Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na Internet – Humaniza Redes	Considerando os altos índices de violências e violações de direitos humanos na internet, o Governo Federal lança o Humaniza Redes como um canal de denúncias online que encaminha as ocorrências para setores responsáveis pela apuração e punição dos atos. A política prevê em seus eixos, trabalho preventivo com campanhas online, em especial nas redes sociais populares como Facebook e Twitter	2015
III Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais	Diferentemente das outras vezes, a III Conferência Nacional LGBT aconteceu em abril de 2016 conjuntamente com as Conferências da Criança e do Adolescente, da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, bem como da XII Conferência Nacional de Direitos Humanos. Dessa experiência resultou a assinatura de Decreto Nacional que reconhece e utiliza o nome social de pessoas trans e travestis em âmbito Federal, publicado pela presidenta Dilma Rousseff, em meio ao seu processo de impeachment (2016). O tema deste terceiro processo conferencial foi “Por um Brasil que Criminalize a Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”.	2016

(*) ANO DE IMPLEMENTAÇÃO

Na trajetória acima não incluímos todas as políticas como, por exemplo, a garantia do nome social de pessoas trans no ENEM ou a portaria do processo transexualizador do Ministério da Saúde. Nela, privilegiamos marcos políticos de caráter transversal que tem como principal missão a articulação de outras políticas, políticas de direitos humanos que fortaleçam as identidades LGBT e busquem superar a violência e políticas que contam com a participação social desse segmento, ou seja, que visam a construção de uma política nacional LGBT.

Fora da tabela destaca-se ainda duas recentes conquistas de supra importância no que tange a garantia de direitos humanos para a população LGBT, o STJ através do Provimento 73/2018 autorizou transexuais e transsexuais a alterarem o nome de registro civil sem a necessidade de cirurgia para a mudança de sexo. Com a decisão, a alteração poderá ser feita por meio de decisão judicial ou diretamente no cartório.

Em 2019 o STJ colegiado entendeu que a homofobia e a transfobia enquadram-se no artigo 20 da Lei 7.716/1989, que criminaliza o racismo.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se que a trajetória das políticas acima ilustrada não foi isenta de contradições, tensões e acidentes de percurso. Destacamos entre seus principais desafios:

o pouco impacto, pelo menos sentido, que estas políticas tiveram/tem exercido no cotidiano da vida de milhões de LGBT em permanente luta e resistência nas suas localidades (que, muitas vezes, sequer conhece os mecanismos criados) e os limites e retrocessos que os governos progressistas tiveram no que diz respeito à implementação de algumas políticas em face da coalizão partidária com setores antagonistas ao Movimento LGBT e da correlação de forças desfavorável, num sistema político, em que as minorias não são consideradas na composição dos governos ou não detêm capital eleitoral atraente.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana C. S. & PIMENTEL, Ivan I. **A questão da identidade travesti e a construção do espaço simbólico na Avenida Augusto Severo, Bairro da Glória – RJ**. Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Espaços de Diálogos e Práticas, 25 a 31 de julho de 2010, Porto Alegre.

BEGENEVIDES, Bruna G. Dossiê: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018. ANTRA. BRASILIA. 2018.

BRITO, Walderes; MAROJA, Daniel. **Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades**, Cadernos Pagu, Campinas, v. 39, p. 403-429, 2012b.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B. **Tá lá o corpo estendido no chão (...): a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro**. Physis vol.16 no.2 Rio de Janeiro 2006. www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312006000200006

COLLING, Leandro. **A igualdade não faz o meu gênero – Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil**. Contemporânea, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 405-427, 2013.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. **Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil**. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 27, n. 2, p. 289-312, 2012c.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. **Para além do voto: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010)**. 2013. 160 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescência 1, 3, 6, 7, 14, 15, 16, 19, 24, 30, 36

Afetividade 66

B

Brasil 7, 8, 9, 10, 13, 14, 19, 22, 23, 27, 34, 35, 41, 42, 47, 71, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 104, 108, 110, 111, 113, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 151, 158, 165

C

Campanhas 10, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 123, 124, 126, 138, 162

Capitalismo 85, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 132, 160, 161, 162, 163

Classe 28, 39, 62, 69, 71, 74, 76, 77, 78, 79, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 128, 129, 147, 161, 163, 164

Conflitos 1, 6, 22, 93, 94, 118, 156, 159

Costumbres 49, 50, 52, 53, 56, 57, 58, 59

Cultura 2, 14, 17, 25, 26, 33, 34, 42, 46, 50, 55, 57, 60, 78, 115, 128, 134, 137, 140, 142, 144, 146, 151, 161, 166

Cultura do herói 140, 142, 144, 151

D

Desafios 1, 4, 8, 24, 138

Desigualdade de gênero 163

Direitos humanos 26, 48, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 150, 158, 163, 165

Discurso 16, 18, 57, 110, 111, 113, 115, 122, 123, 125, 126, 132

Dissidência 61, 64, 65

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 29, 31, 33, 35, 46, 82, 84, 110, 115, 124, 126, 129, 131, 134, 144, 147, 148, 149, 151, 166

Educação sexual 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 124

Envelhecimento 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 46, 48, 129, 166

Escola 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 93, 115, 128, 141, 145, 151, 155, 157

Etnia 55, 56, 72, 84

F

Família 2, 3, 5, 6, 7, 9, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 36, 61, 63, 74, 90, 91, 93, 99, 100, 101, 145, 146, 148, 155, 156, 157, 160, 161, 166

Feminino 4, 31, 32, 33, 38, 42, 43, 45, 80, 118, 124, 130, 141, 143, 146, 154, 155, 157, 158, 160, 161, 164

Feminismo 39, 51, 52, 60, 78, 81, 84, 85, 91, 92, 95, 147, 151, 152, 162

G

Gênero 4, 6, 14, 17, 19, 22, 26, 30, 36, 38, 39, 41, 42, 45, 47, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 70, 71, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 91, 94, 95, 96, 108, 110, 112, 116, 117, 118, 121, 122, 124, 128, 129, 130, 131, 134, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 152, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166

H

Homossexualidade 3, 118, 123, 124, 125, 132, 136

I

Identidade 4, 6, 9, 12, 22, 65, 68, 77, 115, 128, 129, 130, 139, 141, 142

Igualdade de gênero 22, 108, 129, 130, 140, 141, 142, 150, 152

Interseccionalidade 67, 68, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 93

J

Jovens 1, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 14, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 40, 43, 44, 46, 117, 123, 143, 144

Juventude 11, 33, 34, 39, 166

L

Lesbianidade 61

LGBTQIA+ 5, 110, 111, 112, 113, 115, 124

Liberdade reprodutiva 98, 99, 102

M

Masculinidades 65, 118, 121, 147, 151, 152, 153

Masculinidade tóxica 140, 141, 143, 144, 145, 146, 150, 151, 152

Mitos 25, 29, 30, 33

Modos de criação 140

O

Opressão 29, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 77, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 93, 94, 130,

157, 158, 161

P

Patriarcado 85, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 147

Pessoas trans 128, 129, 130, 138

Política 31, 40, 46, 51, 60, 63, 75, 79, 81, 88, 90, 96, 103, 128, 129, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 144, 157, 158, 160

Políticas públicas 4, 5, 10, 11, 12, 40, 51, 59, 82, 85, 125, 129, 131, 134, 135, 136, 137, 139, 142, 155, 158, 164

População 27, 28, 33, 34, 35, 40, 42, 46, 80, 81, 82, 90, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 120, 123, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 144, 146, 147, 150, 158, 160

Prevenção 6, 7, 9, 14, 19, 20, 21, 23, 106, 110, 112, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 123, 124, 126

R

Raça 39, 62, 72, 77, 78, 79, 84, 85, 92, 128

Reprodução assistida 97, 98, 100, 101, 108, 109

Rupturas 49, 56, 132

S

Saúde 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 19, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 35, 36, 37, 40, 42, 45, 46, 47, 77, 82, 96, 100, 105, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 141, 142, 145, 151, 152

Sexo 2, 3, 4, 5, 6, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 22, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 43, 44, 45, 47, 68, 72, 77, 78, 80, 83, 92, 100, 101, 109, 111, 114, 117, 118, 125, 138, 141, 158, 160, 161

Sexualidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 62, 63, 64, 92, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 132, 134, 141, 150, 165, 166

Sociedade 3, 4, 5, 6, 9, 12, 13, 19, 25, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 37, 42, 43, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 81, 83, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 103, 105, 111, 114, 120, 121, 124, 125, 127, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 160, 161, 163, 166

T

Tabus 1, 2, 7, 8, 10, 17, 19, 21, 25, 26, 27, 29, 30, 33, 121

Tecnologias da informação e comunicação 38, 40, 42, 46

Tecnologias digitais 38, 47

Terceira idade 25, 27, 28, 29, 34, 35, 36, 37, 39, 42, 43, 46

Transexualidade 127, 129





Transfobia 127, 128, 130, 138

Travesti 61, 62, 63, 65, 111, 127, 139





V

Velhos 41, 43, 44, 46

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO SEXUAL, SEXUALIDADE E GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: TRILHANDO CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br